

# PREFÁCIO NA TRAGÉDIA DA PANDEMIA\*

*Virgínia Fontes*

Escrevo este prefácio ainda em plena pandemia, que segue se expandindo no Brasil após quase 4 meses de seu primeiro caso local. Até aqui, contam-se quase 70 mil mortos e mais de um milhão e meio de contaminados. Isso, pelas contas oficiais, cujos números todos sabemos serem fortemente subestimados.

Chega a ser angustiante analisar e comentar um livro como este, realizado com densidade analítica, com um enorme cuidado metodológico, sabendo que seus autores trabalharam sob condições a cada dia mais difíceis nas universidades, num desmonte da ciência e da educação que já estavam em curso bem antes da pandemia do covid-19.

Ingressamos – como praticamente todo o mundo – numa enorme crise sanitária cuja origem se liga à expansão contemporânea de um capitalismo a cada dia mais predador: o transbordamento de vírus entre espécies se acelera pela expansão de grandes monoculturas, de produção agropecuária em grande escala e pela continuidade de expropriações dos povos do campo, que se refugiaram nas cidades, contribuindo mesmo sem querer para o inchamento urbano. A cada dia há mais cidades e mais pessoas carentes de urbanização. A questão ambiental se agrava pela intensa circulação das mercadorias, pelo abuso de venenos agrotóxicos, pela mineração, pela venda de carbono, por uma agropecuária predatória com os seres sociais e com a natureza.

De maneira mais grave do que em outros países, a pandemia encontrou aqui classes dominantes, seus prepostos e governantes que competem sobre qual deles imporá condições mais drásticas e precárias para as grandes massas. A pandemia tristemente escancara os resultados de décadas de políticas voltadas para a expansão do capital, sob todas as facetas. E este livro o documenta, de maneira clara.

Uma intensa e contínua reconfiguração do Estado, liderada por governantes das mais diversas origens políticas, deslocou os recursos públicos estabelecidos pela Constituição, entregando-os ao arbítrio e à gestão empresariais. A começar pela seguridade social, em cujo bojo figura a saúde pública.

---

\*DOI – 10.29388/978-65-86678-20-8-0-f.11-18

O liberalismo, como sabemos, é uma filosofia e uma prática política que nascem com o capitalismo. Em seus primórdios, seus debates contribuíram para o enfrentamento das monarquias absolutistas, quando tentavam constituir uma base para uma ciência ‘moral’ e abstrata. Rapidamente, porém, o liberalismo tornou-se uma ladainha voltada para a naturalização do capital, e seus desdobramentos agem para fantasiá-lo de maneira inocente, como se espelhasse a natureza humana. Foi intelectualmente superado pelo marxismo e a possibilidade da construção de uma ciência histórica, voltada para a compreensão de processos de lutas sociais e de dominação de classes, para o desvelamento das relações sociais concretas e que se afastava da pregação e da oratória para enfrentar as contradições efetivas que a forma da vida social sob o capitalismo engendra.

De fundo a-histórico e contraditório, o fulcro do pensamento liberal não é a defesa da propriedade. A propriedade que decorre do trabalho é permanentemente destruída e expropriada pelo capital, sob os aplausos liberais – basta observar o extermínio dos indígenas e a perseguição aos quilombolas, a expropriação unilateral do campesinato e a extorsão de direitos que seguem em curso. O liberalismo é o argumento que pretende justificar a separação entre o produtor e o resultado do seu trabalho, e se erige em defensor de uma propriedade específica e apresentada de maneira abstrata – a do capital – aquela capaz de fazer funcionar meios de produção e de subordinar trabalhadores para valorizar a propriedade alheia.

Decerto, o pensamento liberal contém muitas nuances, e há inúmeras tendências e autores extremamente importantes. Mas, por mais sofisticados que sejam, não podem apagar sua característica central: a adesividade proteiforme aos variados momentos de expansão capitalista, exibindo sempre novos adereços, contanto que o cerne perdure. E a capacidade de articular-se estreita e intimamente com aqueles que os próprios liberais apontavam como... adversários, como as religiões, os autocratas e, até mesmo, os fascistas. Os desdobramentos do ordoliberalismo, do neoliberalismo, do ultraliberalismo e, agora, do ultraneoliberalismo desvelam sua face mais óbvia – trata-se unicamente de defender a propriedade do capital, e sua pressa feroz em extrair mais-valor, pisoteando sobre as massas trabalhadoras.

O liberalismo proclama-se contra o Estado, mas é o seu mais ardoroso utilizador e defensor. A última moda ‘liberal’, com ou sem prefixos, continua a ser, como insistia Gramsci, uma *política de... Estado*. Gramsci distinguia entre a filosofia liberal e o liberalismo econômico, que denominava liberismo:

A formulação do movimento do livre-câmbio baseia-se num erro teórico cuja origem prática não é difícil identificar, ou seja, baseia-se na distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metodológica é transformada e apresentada como distinção orgânica. Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir em sua regulamentação. Mas, dado que sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos, deve-se estabelecer que também *o liberismo é uma "regulamentação" de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico*. Portanto, *o liberismo é um programa político, destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes de um Estado e o programa econômico do próprio Estado, isto é, a modificar a distribuição da renda nacional*. (Gramsci, A. Cadernos do Cárcere, vol. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 47-8. Grifos meus, VF)

O neo, o pós-neo e agora o ultraneoliberalismo, todos, sem exceção, reforçaram os instrumentos de blindagem, a propaganda e as instâncias coercitivas do Estado de maneira a bloquear qualquer opção proveniente dos setores populares, mesmo que estes lutassem apenas para fazer cumprir a própria Constituição. Enquanto política de Estado, o mais recente ultraliberalismo mais uma vez favorece os grandes proprietários, definindo-os como destinatários privilegiados dos benefícios fiscais, das rendas derivadas das dívidas públicas, além de garantir, através de intensas pressões, a redução seletiva de impostos para os grupos dominantes (ou fechando os olhos do Estado quando se trata de procedimentos ilegais levados a efeito pelos... empresários liberais). Finalmente, a doutrina liberal estimula o empresariado – as classes dominantes – a inventar caminhos por dentro do Estado para apropriar-se de bens e de atividades públicos como espaço próprio e pasto de lucros e de retornos privados.

Essa dinâmica também se desdobra na assim chamada austeridade fiscal. O termo é em geral apresentado como algo familiar, como o equivalente ao acerto de contas doméstico..., mas é todo o contrário. Em primeiro lugar, o acerto doméstico precisa ser coletivo, garantir que todos serão contemplados e assegurar a qualidade de vida das crianças e dos idosos. Já o ajuste fiscal está longe de significar que os impostos serão efetivamente recolhidos e utilizados conforme destina a lei; tende a penalizar os mais frágeis, e não a ampará-los. No Estado contemporâneo, a fiscalidade será austera com os que pagam os impostos – cuja maior parte no Brasil é indireta, regressiva e sustentada pela maioria da população trabalhadora, aquela que não tem como fugir das tributações. Além dos impostos indiretos, há também aqueles recolhidos da massa assalaria-

da, descontados em folha e que muitas vezes sequer são repassados pelos empregadores ao Estado. É como se a família, em lugar de amparar os seus e atuar coletivamente, entregasse todos os meses mais da metade do que recebe para os vizinhos que os ameaçam e chantageiam.

O Estado austericida, sem qualquer austera seriedade, promove uma política totalmente permissiva e chantagista, que fecha os olhos para faraônicas dívidas de grandes devedores, sustentada por apropriação indébita dos salários dos trabalhadores. Aperta o cinto apenas dos que tudo pagaram. A própria Comissão Parlamentar de Inquérito-CPI da Previdência realizada pelo Senado Federal em 2017 demonstrou à exaustão que não havia déficit, mas calote de grandes proporções do empresariado, (<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/539169>) sendo que alguns recolheram os recursos dos seus trabalhadores e não os repassaram. Este Estado liberal austericida fecha os olhos para as falcatruas fiscais dos grandes proprietários, que remetem recursos para paraísos fiscais no exterior e contratam caríssimos escritórios de advocacia para realizar a perícia de... enganar a população através dos mais diversos expedientes para não pagar os impostos.

Mas a comparação com a economia doméstica é ainda mais fraudulenta: a assim chamada austeridade fiscal é uma política de endividamento de altas proporções. Sob diferentes formas de sigilo, a dívida pública passa adiante da lei e da vida da população. Se preciso for, mudam-se todas as leis para que ela continue a devorar os recursos públicos, destinados ao pagamento de seu ‘serviço’, triste termo para designar os juros e amortizações. Quem fez essa dívida? A quem se paga essa dívida? Austeridade para quem?

O estranho casamento não monogâmico entre grupos fascistas, militares nostálgicos da tortura e da ditadura empresarial-militar, teologias da prosperidade e grandes empresários da religião, ultraneoliberalismo amoral e pragmático e conservadorismos de cepas diversas encontra neste livro uma reflexão séria e consistente. Não se trata apenas de uma ‘tara’ singular de um país com passado escravagista e colonial, de uma república que sempre tratou as grandes massas e os trabalhadores a pão e água, enquanto os escassos grupos com altos ingressos exibiam os banquetes e festas para as quais havia aviões particulares para buscar os convidados. Temos um enorme passivo histórico a enfrentar e ele está escancarado diante de nós, com as feições pioradas pela pandemia do COVID-19. Mas não basta culpar o passado. Temos de enfrentar o presente. Temos diante dos olhos, isso sim, os desdobramentos da expansão irrefreada do capital, que brutalmente se enraíza sobretudo nas brechas e fendas das feridas não curadas.

Nas últimas décadas, após a assim chamada redemocratização, o capital atravessou quase todos os espaços, avassalando-os e fazendo desmanchar como fumaça tudo o que tinha algum valor humanamente legítimo. Alguns imaginaram que, enfim, o desenvolvimento do capitalismo corresponderia a muitos bens para todos, a uma nova fartura e à redução da desigualdade social. Terão aprendido com a experiência? A expansão do capitalismo corresponde à produção crescente da desigualdade, ainda mais em tempos tardios; corresponde à exasperação de gigantescas crises econômicas, onde as Federações Empresariais (tal como a FIESP proclamou em alto e bom som) se recusam a pagar “o pato”. O custo do pato que os dominantes devoraram desabará no lombo dos trabalhadores, a cada dia mais precarizados. A expansão do capitalismo significa, na atualidade, centralização e concentração da riqueza nas mãos de classes dominantes cada vez mais ávidas. Dentre elas, algumas seguem exportando capitais para explorar trabalhadores de outros países, enquanto garroteiam os trabalhadores nacionais, tristemente embrulhadas nas camisetas usadas pelo time brasileiro nas Copas do Mundo.

Nas últimas décadas, as classes dominantes brasileiras avançaram avidamente sobre os recursos públicos, e adotaram um mantra repetido à exaustão: “o problema não é falta de dinheiro, mas falta de gestão eficiente”. Todos ouviram, em algum local, tal mantra. É sempre preciso traduzir o que querem dizer bordões que, de tão repetidos para se converterem em senso comum, parecem naturalizados. Para os formuladores de tal mantra, a primeira parte da frase quer dizer que o problema não é que os recursos destinados constitucionalmente para as políticas sociais tenham sido desviados e usados para outras coisas, inclusive para isentar de impostos as classes dominantes. Como a Lei de Responsabilidade Fiscal, por exemplo, que é anteparo para desviar os recursos da Seguridade Social. Ou como recursos públicos para a educação construídos como financiamentos destinados a bancos e financeiras, que lucravam desde o repasse inicial e acumulavam dívidas estudantis... garantidas pelo Estado para as classes dominantes, mas não para os estudantes. Para as classes dominantes, o problema é que os recursos públicos podem conter opções, disputas e lutas políticas populares. E elas podem trazer até mesmo controle popular! Mesmo esse distante cheiro de democracia já era demais para elas.

A segunda parte da frase, a tal “eficiência da gestão” é, para eles, como a água sanitária – apaga os rastros e o cheiro da investida das classes dominantes sobre os recursos públicos. Essa “eficiência” sugere implantar a gestão privada no setor público! É de uma desfaçatez inadmissível, pois a gestão coletiva é forçosamente diferente da gestão lucrativa. E isso era lei e era Constituição. E,

no entanto, não apenas virou mantra discursivo, como foi sendo praticado e naturalizado por muitos, e implementado por meios variados, testando aqui e acolá, até chegar à modificação da Constituição para que se dobrasse a tais anseios patronais. Multiplicaram-se cursos de formação de “gestores” públicos onde são educados para a eficiência privada, implantaram-se formatos novidadeiros, como as Organizações Sociais, que não deveriam ser lucrativas – mas poderiam engordar com bons salários os seus dirigentes, assim como poderiam realizar grandes compras às “suas” fornecedoras, agora desobrigadas de evidenciar os critérios de aquisição – e tinham como tarefa introduzir de maneira definitiva a precariedade nos serviços públicos, em nome da gestão privada. Essa prática torpe bombardeou a saúde, a educação, o transporte, a defesa do ambiente, da juventude, etc.

Desculpem-me os leitores e os autores deste livro – este é um prefácio indignado, um prefácio com raiva. Raiva do genocídio em curso sob a pandemia, que ataca e desprotege as populações indígenas e quilombolas. Raiva da destruição sistemática e corrosiva que um governo protofascista vem realizando de duríssimas conquistas de feição ligeiramente civilizatória (pois foi o que conseguimos), desmantelando a pesquisa científica, a universidade pública, a educação pública, os órgãos de controle ambiental e da saúde, e distorcendo a principal Fundação pública contra o racismo, Zumbi dos Palmares. Raiva do negacionismo histórico explícito, que leva a uma política genocida contra o conjunto da população, com uma pandemia sendo tratada como “gripezinha”, aproveitando-se da “distração” da população com a mortandade para aprofundar a privatização das águas, da saúde, e destinar ainda mais vultosos recursos para as classes dominantes, enquanto apenas goteja míseros auxílios emergenciais para a população. Raiva do peso que recai sobre as mulheres, as que mais sofrem do desemprego, sobretudo as negras, e no total descaso público, quando não desqualificação aberta realizada por esse governo.

As massas trabalhadoras, desassistidas, se encontram atordoadas. De um lado um governo que elogia a morte e a convoca imediatamente ao trabalho para não morrer de fome, numa ameaça explícita que retoma o mote permanente da existência da grande maioria. De outro lado, sabem que a pandemia é real, veem seus próximos adoecerem, acompanham a superlotação dos hospitais públicos, a carência de meios de sobrevivência, a urgência da criação de necrotérios e de vagas em cemitérios.

O discurso e a prática negacionista não podem apagar a concretude da vida real, e é no chão da vida efetiva que as massas trabalhadoras existem – e começam a reagir. Contra o racismo, contra a permanente violência policial que

incide nas periferias e contra a precarização do trabalho, com manifestações que enfrentaram o medo legítimo da pandemia, para enfrentar a ameaça ilegítima do fascismo e do capital.

Minha raiva tem destino certo, um desgoverno de caráter protofascista. Mas quero deixar aqui uma homenagem e um agradecimento. Homenagem aos homens e mulheres atingidos pelo covid-19, com tantas mortes precoces e em condições tão difíceis. Agradecimento especial aos trabalhadoras/es da saúde, em especial as/os trabalhadoras/es do Sistema Único de Saúde, que contra ventos e marés, tentam conduzir a nau em plena tempestade viral e governamental. Estendo o agradecimento a todas/os as/os trabalhadoras/es indispensáveis que, colocando sua própria saúde em risco, garantiram que a vida seguisse seu curso, ainda que com severas limitações.

Retorno ao livro que o leitor tem nas mãos. Os resultados das pesquisas, tornados obra coletiva, descortinam um panorama socioeconômico desolador e inquietante, e suscitam o sentimento da necessária urgência do enfrentamento de tais condições.

Em especial, quero agradecer aos autores, professores dos Cursos de Serviço Social, pelo inestimável trabalho que realizam cotidianamente, na formação educacional, na pesquisa e na extensão universitárias. Configuram, em conjunto, um núcleo imprescindível de pensamento crítico, de pesquisa rigorosa e atendida com as necessidades e lutas populares. Permitem que ar fresco circule no ambiente universitário, analisam as grandes questões do nosso tempo, enfrentam o capital, sob todas as suas formas. São cientistas e acadêmicos – mas acima disso são militantes e lutadores na defesa da vida, muito além do capital.

*Rio de Janeiro sob pandemia, julho de 2020.*

